

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 919.751 CEARÁ

RELATOR	: MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S)	: MUNICÍPIO DE MONSENHOR TABOSA
ADV.(A/S)	: RAIMUNDO AUGUSTO FERNANDES NETO
RECDO.(A/S)	: IRACEMA SANTOS DOS REIS
ADV.(A/S)	: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO

DECISÃO: A **controvérsia jurídica** objeto deste processo **já foi dirimida** por ambas as Turmas do Supremo Tribunal Federal (ARE 891.944/CE, Rel. Min. GILMAR MENDES – RE 340.599/CE, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE – RE 565.621/CE, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, *v.g.*):

“Agravamento regimental no agravo de instrumento. Servidor público. Jornada reduzida. Remuneração inferior a um salário mínimo. Impossibilidade. Precedentes.

1. A Suprema Corte vem se pronunciando no sentido de que a remuneração do servidor público não pode ser inferior a um salário-mínimo. Esse entendimento se aplica ao servidor que trabalha em regime de jornada reduzida.

2. Agravo regimental não provido.”

(AI 815.869-AgR/PR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI)

O **exame** da presente causa **evidencia** que o acórdão impugnado em sede recursal extraordinária **ajusta-se** à orientação jurisprudencial que esta Suprema Corte **firmou** na análise da matéria em referência.

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, **conheço** do presente agravo, **para negar seguimento** ao recurso extraordinário, **eis que** o acórdão recorrido **está em harmonia** com diretriz jurisprudencial

ARE 919751 / CE

prevalecente nesta Suprema Corte (CPC, art. 544, § 4º, II, “b”, na redação dada pela Lei nº 12.322/2010).

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator